

**Assunto: 35º Reunião do CONENFA**

Reunião do dia: 22/06/2016

Local: Unimed do Brasil

Horário de Início: 9h00

Horário de Término: 16h00

PARTICIPANTES	
Nome	Área / Empresa
Adriana C. Garcia	Unimed Santa Catarina
Adriano Sarreta	Unimed Uberaba
André Luiz Lyrio da Silva	Unimed São José dos Campos
Andrea Barbosa	Unimed Mato Grosso do Sul
Andrea Maria Gonçalves	Unimed ABC
Beatriz Amaral	Unimed Capivari
Carla Luciana Da Silva Vesgerau	Unimed Paraná
Cibele Raposo	Unimed Sete Lagoas
Cibelle Santos	Unimed Sorocaba
Claudiana Ribeiro Batista	Unimed Espírito Santo
Daniela Menezes Borges	Unimed Norte do Mato Grosso
Danielle Perdigão	Unimed Goiânia
Elisa Nóbrega de Abreu	Central Nacional Unimed
Elisabeth Alves Pereira Correa	Unimed São Carlos
Elisangela Fernandes	Unimed Guarulhos
Fabielly Gonçalves	Unimed Palmas
Gabriela Picoli	Unimed Porto Alegre
Gisele Cristina Martins Pires	Unimed Araras
Hilda Maria Dagola Gouveia	Unimed Maringá
Juliana Favaro Borsatto	Central Nacional Unimed
Juliana Job Zani Bueno	Unimed Campinas
Juliana V. Miranda	Unimed Santa Bárbara d'Oeste e Americana
Karoline Oliveira	Unimed Mato Grosso
Luciane Camargo	Unimed Sorocaba
Magali Haniu Harume Nakahara	Unimed Araçatuba
Marcella Muriel	Unimed Santa Bárbara d' oeste e Americana
Marcelo Dell'Aglio Gomes	Unimed Central RS
Maria Angélica de Carvalho	Unimed Uberlândia
Maria dos Milagres	Unimed Natal
Michelle Sakamoto Meda	Unimed Maringá
Mirayr Nascimento	Seguros Unimed
Neide Cavalcante	Unimed Estado de Minas Gerais
Paulo Marins	Unimed Centro Sul Fluminense
Pedro Rodrigues Santos	Unimed Dourados
Renata A. B. Helito	Seguros Unimed

Renata Barioni	Unimed Araras
Renata F. Baptista	Unimed Santos
Rogéria Zaira Reis	Unimed Volta Redonda
Rosangela S. Sanches	Unimed Curitiba
Sandra H. Carrera	Unimed Federação Rio de Janeiro
Silvia Valera Moraes	Central Nacional Unimed
Solange Moreira	Unimed Norte do Mato Grosso
Thaís M. F. Lopes	Unimed FESP

REPRESENTANTES DA UNIMED DO BRASIL	
Área / Empresa	Nome
Comercial e Produtos	Rosemeire Stirbolo
Intercâmbio Nacional	Marcelo M. Silva
Regulação em Saúde	Paula Soares

Ata da 35ª Reunião do Grupo Técnico da TNUMM, realizada no dia 22 de junho de 2016, na sede da Unimed do Brasil - Alameda Santos, nº 1827, 12º andar, Cerqueira Cesar, São Paulo, SP.

**Coordenação: Rosemeire Stirbolo - Enfermeira Auditora - Unimed do Brasil**

**IMPORTANTE: Todas as deliberações desse grupo precisam, obrigatoriamente, serem aprovadas pelo Colégio Nacional de Auditores Médicos.**

## PONTOS DISCUTIDOS

### Abertura

#### Rosemeire/ Dr. Francisco/Dr. Valdmário

Dr. Francisco inicia a abertura informando sobre o processo de transição momentâneo, solicitando a colaboração do CONENFA, em especial no auxílio da organização do Congresso.

Agradece a presença de todos e enfatiza que, em especial, neste momento é fundamental que o grupo permaneça unido trazendo a experiência e o conhecimento deste Comitê que já está estabilizado e reconhecido dentro do cenário do Intercâmbio Nacional e solicita a ajuda e colaboração do grupo e se coloca à disposição.

Dr. Valdmário agradece a presença de todos, enaltecendo e enfatizando a importância do trabalho dos enfermeiros no Sistema Unimed. Informa sobre mudanças técnicas constantes no

sistema, agradece o trabalho feito pela Karla para o sistema Unimed, que foi importante, mas enfatiza a necessidade de mudanças. Informa sobre a colaboração da Viviam e da Rosemeire no desenvolvimento técnico operacional do Congresso.

Dr Valdmário relata que no início foi muito criticado por alguns dirigentes pela criação do CONENFA, por entenderem que poderia ser um motivador de custos, e esclarece que sua justificativa foi que esta visão era distorcida, uma vez que este Comitê teria a função de capacitar o profissional e investir no trabalho dos Enfermeiros que merecem todo respeito e serem bem remunerados. Pede ao grupo ajuda e solicita a Comissão Científica de Enfermagem que o Congresso possa ser um evento espetacular.

Rosemeire solicita o empenho e a união de todos do grupo para que possamos dar continuidade ao trabalho iniciado pela Karla.

---

#### **Item N° 01**

**Tema:** Definição de novas regras do Manual de Intercâmbio Nacional

#### **Maria Lucia Santana - Unimed do Brasil**

Maria Lúcia inicia informando que o Manual de Intercâmbio está passando por revisões desde janeiro, porém, ainda possui alguns itens pendentes, sendo um desses, o assunto trazido por ela hoje. Relembra que o Manual é construído por meio de demandas, enviadas às Federações que são repassadas por elas às singulares. O Manual de Intercâmbio Nacional, hoje possui regra em relação à cobrança de conta fechada, as duas situações/sugestões abaixo, foram sugeridas pelo Comitê Nacional de Intercâmbio:

13.8.1 - Salientamos que as cobranças de curativos e nebulização poderão ocorrer sem vínculo a procedimento principal, devendo haver envio de justificativa quando solicitado.

13.8.2 - A taxa de aplicação de medicamentos poderá ser cobrada sem vínculo ao procedimento principal, desde que haja autorização prévia.

Dr. Wiston informa que esses casos são para atendimentos eletivos mesmo que advindos de uma consulta de urgência, pois existe um parecer da ANS em que para administração eletiva de medicações, não têm cobertura obrigatória independente se é feita a nível hospitalar ou não e cita como exemplo o Noripurum prescrito e que não tem cobertura obrigatória, mas que compete a Unimed de origem autorizar ou não a infusão ambulatorial desta medicação e finaliza esclarecendo que a emergência esta toda contemplada na cobertura da ANS. Maria Lúcia lembra que caso haja retorno mesmo sendo derivado de um atendimento prestado na emergência para infusão de medicamento, também não terá cobertura.

Gabriela POA lembra que essa regra no CNA para administração eletiva de medicamento precisa de autorização prévia.

Alguns participantes indagaram sobre a remuneração da permeabilização do Port-a-cath, questionado como é remunerada essa taxa, uma vez que não tem honorário médico. Não tendo honorário médico, como será remunerada?

Rosemeire lembra que a taxa de permeabilização não está liberada para cobrança no Intercâmbio Nacional na Tabela 18, assim como o honorário médico, e que apenas o kit para o procedimento em questão, onde cada Unimed possui sua negociação. Sendo assim, essa situação pode ser revista, com a sugestão de inclusão na tabela 18, lembrando que a taxa deverá conter a descrição do que a mesma contemplará.

Silvia (CNU) lembra que na TUSS, existe um código, que pode ser que não esteja trafegando.

*Verificado na Tabela que está na Matriz 60018607 - TAXA DE PERMEABILIZAÇÃO DE CATÉTER DE LONGA PERMANÊNCIA, POR USO - Ficará para ser deliberada na próxima reunião sua inclusão e forma de remuneração.*

Juliana (Unimed Americana) questiona sobre a glosa das inalações ou curativos cobrados em faturas diferentes, mas que são enviados com o vínculo do procedimento principal que recebe glosa informando que a cobrança deve ser apresentada de forma fechada conforme previsto no Manual de Intercâmbio Nacional. Maria Lúcia esclarece que neste caso não deveria existir o vínculo conforme padrão TISS e exemplifica que se foi feita uma consulta em consultório que o médico prescreveu um tratamento, por exemplo, de 05 dias, estes medicamentos são em dias distintos e conforme padrão TISS não tem vínculo a nenhuma guia. Esclarece ainda que só poderemos vincular a guia principal quando for o mesmo atendimento, ou seja, estou internado, são vários dias fiz um exame, mas ainda estou internado este exame deverá estar vinculado ao atendimento principal.

Maria Lúcia esclarece ainda que as guias de consulta pelo padrão TISS, é uma das guias que não possuem vínculo, as únicas que são passíveis de vincular o atendimento principal são as guias de Internação e de SADT e solicita que revejam este processo administrativo para não terem questionamentos.

Porem Maria Lucia deixa claro que nestas situações de cobranças sem necessidade de envio de vínculo, a Unimed poderá solicitar a justificativa da cobrança, uma vez que não é enviada nenhuma outra informação.

Foi perguntado para a Maria Lúcia os casos de cobranças de Endoscopia se entrariam nesta regra, e ela justifica que não por existir um honorário a ser vinculado na cobrança. O questionamento foi devido o envio do honorário on-line e após a cobrança desses são enviadas

as cobranças de material, medicamentos e taxas. Lúcia relata que hoje na regra está claro que o honorário poderá ser cobrado em outra nota, mas dentro da mesma fatura e os materiais, medicamentos e taxas devem estar vinculados ao procedimento que poderá estar em outra nota, mas dentro da mesma fatura.

Rosemeire questiona sobre os materiais e medicamentos que não possuem vínculo, se nessas situações podem ser utilizados os campos do PTU para imputar a informação.

Maria Lucia informa que esses campos de observações podem ser utilizados para justificar qualquer tipo de cobrança evitando a glosa e que no caso da não utilização destes a Unimed poderá solicitar e deverá ser esclarecido o que foi solicitado, mas deixa claro que não existe a possibilidade de deixar este campo como mandatório.

Marcello (Federação RS) questiona sobre a taxa de aplicação, que as Unimeds não têm obrigação de pagar, podendo haver negativas. Maria Lúcia confirma que pode ser realizado a negativa, Marcello informa da possibilidade desse paciente entrar com o processo de reembolso, e que mesmo não havendo cobertura, os clientes procuram a justiça e acabam ganhando. Questiona sobre possibilidade das Unimeds em não perder, fazendo com que as coirmãs pensem em formas de cobrança que não resultem em glosas. Relata que com o intuito de evitar a perda, o beneficiário é obrigado a passar por uma nova consulta no Pronto Atendimento para que o médico prescreva a medicação seguido da aplicação. Considera que a criação dessa regra, favorece à processos internos que acabam onerando o sistema em dois atendimentos. Maria Lúcia esclarece que não foi o comitê de intercâmbio que criou a norma de autorização prévia, e que se o grupo entende que essa norma deva ser modificada, deve-se haver agilidade na solicitação e decisão, para que o manual possa ser concluído. Marcello esclarece que podemos criar critérios, tal como medicações que não são permitidas serem administradas fora do ambiente hospitalar.

Abraão (Unimed Rio - por videoconferência) solicita que no último parágrafo do item 13.8.2 venha a informação de consulta eletiva, porém, Maria Lúcia lembra que por não ter vínculo, não tem como saber se é eletiva ou não.

Andrea (Unimed Campo Grande) sugere que seja revisto outros medicamentos, outras situações, Maria Lúcia informa que essas situações já estão previstas no Manual de Intercâmbio Nacional.

Paulo (Unimed Centro Sul Fluminense) lembra que o mais importante, é que no ato da autorização, seja fornecido todas as informações necessárias, ou seja, deve-se escrever mais. Maria Lúcia lembra que existem campos no PTU que são enviados totalmente em branco.

Luciene (Unimed Sorocaba) lembra que a questão da Heparinização está contemplada na ata 31 do CONENFA, que trata apenas do uso da Agulha de Hubber, onde ficou deliberado que as Federações passariam um comunicado para suas singulares questionando:

*“1 - Se utilizam dispositivos de segurança;*

*2 - Se possuem plano de segurança obrigatório pela norma;*

*3 - As Federações encaminharão sugestões dos critérios para a remuneração do dispositivo de segurança para o Intercâmbio Nacional.*

*4 - Será repautado o assunto para apresentação desta pesquisa e elaboração de critérios para a remuneração do dispositivo de segurança para o Intercâmbio Nacional.*

*Até a finalização deste trabalho está mantida, no Intercâmbio Nacional, a regra vigente de remuneração de Dispositivos de Segurança, conforme Ata 5 do CONENFA validada no CNA, ou seja, se o prestador implantou deverá ser remunerado.”*

Andreia Unimed ABC certifica-se em relação à nebulização ser discutido no AJIUS.

Rosemeire lembra que a ferramenta deveria ser utilizada para discussão apenas de divergências técnicas, e não como mecanismo de “tirarmos dúvidas” como é feito hoje pela falta de envio de informações importantes para o processo de análise de contas.

Neide Federação Minas informa que a comunicação entre os colegas deve ser a mais clara possível, para evitar o AJIUS.

Maria Lúcia informa que essas regras já existem, e que os itens apresentados são apenas em caráter de complementação. Rosemeire solicita que se houver alguma consideração, que seja enviado o quanto antes ao e-mail do comitê de intercâmbio, uma vez que o Manual será concluído em julho.

**35º CONENFA deliberação:** O texto sugerido pelo Comitê Nacional de Intercâmbio e apresentado pela Maria Lucia foi aprovado pelo grupo.

**77º CNA deliberação:** aprovado

Pendencia: As sugestões oriundas desse Comitê deverão ser encaminhadas por e-mail para a Equipe de Intercâmbio, respeitando o prazo de publicação da Nova versão do Manual

---

## Item N° 02

**Tema:** AJIUS - Novos Fluxos

**Maria Lucia Santana - Unimed do Brasil**

Maria Lúcia contextualiza sobre a ferramenta Ajius, e informa sobre o fluxo e prazo existente hoje:

Em aberto: 10 dias corridos (Unimed executora)

Em análise: (20 c/ 20 d/ 10 c/ 10 d)

Bloqueada: não existe tempo, até que quaisquer umas das duas Unimeds tomem a ação de discussão ou encaminhamento câmara técnicas.

Rediscussão: 30 dias envio para câmara (qualquer uma das duas Unimeds pode acionar a câmara técnica)

Expirada: Não houve acordo e nem envio a câmara técnica (maior problema hoje do sistema Unimed) aproximadamente 17.000 faturas (não podendo mais ser enviadas à Câmara técnica) com valor estimado de aproximadamente R\$ 33.0000,00

Câmara: 60 dias para análise e emissão do parecer

Postagem da nota de débito (ND): 60 dias a partir da data de finalização da contestação.

Alterações do processo:

Para Emissão de contestação a partir de 02/07 - Arquivos PTU A550 postados

Fluxo: Inclusão da 2ª NDC (até 3 NDCs) parcial no processo do Ajius para liberação deste valor já acordado.

TP\_ACORDO - R. 552 e R. 557

Início da análise: sem alteração

Análise Unimed executora: não houve alteração

Análise Unimed origem: não houve alteração

Réplica Unimed executora: não houve alteração

Réplica Unimed origem: não houve alteração

#### MODIFICAÇÕES:

- Status “Rediscussão”: 70 dias corridos (qualquer uma das Unimeds poderão enviar processos à Câmara técnica)

O prazo foi estendido porque o expirado deixará de existir, ou seja, o AJIUS terá uma data fim.

- Status “Aguardando envio para Câmara Técnica”: 10 dias corridos para preenchimento das informações e envio à Câmara. Caso a Unimed que optou pelo envio da Câmara técnica não execute o envio dentro deste prazo, o Ajius finalizará os itens em abertos desfavoráveis a esta Unimed.

Os processos que envolvam a Câmara Técnica Nacional serão finalizados de forma automática ao término da rediscussão. Quando a câmara técnica regional não realizar nenhuma parametrização será assumido a situação de finalização automática.

A 2ª NDC parcial será disponibilizada quando o processo for encaminhado a Câmara Técnica de forma automática por opção de uma das Unimeds.

A NDC complementar será gerada quando houver a finalização automática após o prazo de rediscussão ou quando houver finalização por parte da Câmara Técnica.

“Valor de corte”: será a partir da vigência desse novo fluxo, porém esta regra poderá ser revista futuramente.

Verificar com as Federações como será a regra do Estado, pois a regra nacional será a finalização automática.

---

### Item N° 03

**Tema:** Ranking do Intercâmbio Nacional

**Maria Lucia Santana - Unimed do Brasil**

Maria Lúcia informa sobre o processo de consulta do Ranking - Lembrando que cada singular possui acesso ao seu ranking, Federações acessos das Singulares e Brasil, acesso à todas as Unimeds. A partir de janeiro sofreu a primeira estruturação, com alterações de metodologias de cálculo. Nesse ano, foram incluídos novos indicadores que analisassem a qualidade de cobranças e contestações das Unimeds, sendo assim, foram incluídos quatro novos indicadores. Constituído de quatro grupos:

- 1) Obrigatoriedades institucionais
- 2) Performance eletrônica de atendimento,
- 3) Performance do processo de cobrança e contestação
- 4) Gestão da Marca

Novos indicadores:

- a. Eficiência do processo de cobrança X contestação - Visão credora (percentual de contestação em relação as cobranças efetuadas)
- b. Eficiência do processo de contestação X cobrança Visão devedora - mesmos parâmetros, porém com foco na devedora.
- c.



- d. Sucesso das contestações no Ajius em relação ao valor contestado Inicial - Visão credora (valor recuperado referente ao contestado)
- e. Sucesso das contestações no Ajius em relação ao valor contestado Inicial - Visão devedora

Juliana (Unimed Americana) informa que algumas singulares usam a monitoração do ranking para não aceitar as justificativas das cobranças corretas. Andrea Unimed ABC, justifica que muitas vezes utilizam a ferramenta Ajius para esclarecimentos de dúvidas em torno das faturas, e que o ranking acaba prejudicando esse processo. Rosemeire lembra que a ferramenta AJIUS não foi criada para retirada de dúvidas, e sim para divergências técnicas, e que é necessário que os campos do PTU sejam devidamente preenchidos, para retirada das dúvidas. Gabriela Unimed POA, enfatiza sobre a importância da comunicação (e-mails, ligações etc) antes de efetuar as glosas.

Marcello (Federação RS) pergunta sobre a penalização em relação a baixa da taxa de custeio:

Maria Lúcia informa que a penalização será aplicada quando houver menos de 50% de todos os indicadores. Questionado sobre os períodos nos quais as notas dos rankings são realizadas, Maria Lúcia sugere que seja conversado com o representante da Federação no Comitê de Intercâmbio.

Maria Lúcia fornece algumas informações importantes:

- Penalização: cobrança de 1% a menos das taxas de custeio
- Necessidade de análise mensal do Ajius
- Necessidade de Gestão do Ajius
- Vigência dos novos índices: Para produções a partir de 01/01/2017

---

#### Item Nº 04

**Tema:** Apresentação do Colégio Estadual da Unimed Federação do Paraná

**Carla Luciana da Silva Vesgerau - Federação Paraná**

Realizado a apresentação do Subcomitê dos Enfermeiros Auditores do Estado do Paraná que está em fase de construção.

Carla relata que a Federação do Paraná já tinha o Comitê Estadual de Regulação em Saúde composto por médicos e enfermeiros operacionais com foco técnico e que discutem as questões médicas. Dentro desta demanda existia a necessidade de terem um local onde

pudessem discutir assuntos relacionados a área de enfermagem, sendo assim, baseado nas experiências de outras Unimeds, foi levado à Diretoria da Federação Paraná a possibilidade da criação do Subcomitê de Enfermagem do Estado do Paraná, com o objetivo da uniformização da atuação dos enfermeiros auditores no Intercâmbio Estadual do sistema Unimed. Além de discussões pontuais, objetiva a educação permanente por meio de palestras, cursos, apresentações de trabalhos científicos etc. As reuniões acontecem por videoconferência, a cada quatro meses, com pautas encaminhadas à Federação, com análise e posterior discussão com o grupo.

Até o momento foram promovidas duas reuniões, abordando as dúvidas das singulares, repasse dos assuntos discutidos no CONENFA etc.

Carla finaliza solicitando a troca de experiências das coirmãs para agregar no processo.

**Deliberação 35ª CONENFA:** Não cabe

---

#### Item Nº 05

**Tema:** Consulta Pública 34ª Reunião CONENFA

**Rosemeire Stirbolo - Unimed Brasil**

- Conectores para punção venosa
- Equipos para bomba de infusão
- Dispositivos de segurança

Rosemeire informa que esta consulta foi feita ainda na gestão da Karla e que tivemos o retorno com considerações sobre esses assuntos de 13 Unimeds: Espírito Santo, Curitiba, Cuiabá, São Carlos, FESP, Assis, Federação Paraná, Apucarana, Campo Mourão, Guarapuava, Chapecó e Foz do Iguaçu, Capivari. Rosemeire informa que foi formado um grupo específico que ficará responsável pela precificação de dietas e que estaremos enviando estas considerações para este grupo com o intuito de incluir estes materiais no trabalho de precificação para o Intercâmbio Nacional.

Gabriela Unimed POA, lembra que os insumos ligados à bomba de seringa (perfusor set) não possuem protocolo de troca/remuneração.

Paula (Unimed Brasil) informa que o grupo que ficará responsável pela precificação das dietas não abordará essas situações pontuais, nesse momento.

Rosemeire informa que para esse manual, não teremos condições de realizar algumas revisões, inclusive a de dispositivos endovenosos, e que por motivos de acúmulo de atividades, sugere que a realização das revisões seja feita nas reuniões do CONENFA, a proposta da dinâmica será a informação antecipada do assunto, e o grupo, preparado, trabalhará a revisão, durante as reuniões.

**Deliberação 35ª CONENFA:** Aprovado

**Deliberação 77ª CNA:** Aprovado

---

#### **Item N° 06**

**Tema:** Taxa de Fototerapia para L80 - Vitiligo

##### **Gabriela Picoli - Unimed Porto Alegre**

Gabriela faz a apresentação da taxa de fototerapia e comenta que a Unimed POA está recebendo contestação desta taxa, pois a mesma faz parte da composição das diárias e taxas do Manual de Consulta das Normas de Auditoria Médica e de Enfermagem. A mesma salienta que o aparelho de fototerapia, que está contemplado na diária de UTI e de internação, é o aparelho de fototerapia convencional e billisplot e que ambas são utilizadas para crianças recém-nascidas para o tratamento de icterícia neonatal. Para o caso destas contestações, a taxa de fototerapia é cobrada a nível ambulatorial e, especificamente, para tratamento de vitiligo e psoríase que os aparelhos são bem diferentes. Apresenta nos slides as imagens diferenciando os equipamentos em questão. Gabriela realiza abordagem aos enfermeiros presentes, sobre quais são suas dificuldades em cobrança referente à fototerapia. Os enfermeiros relatam que suas Unimeds cobram de acordo com o Roll, e que não tem cobertura cobrança para tratamento estético (No Roll consta apenas fototerapia para UVA, e não possui UCO). Fica pendente para deliberar no Colégio referente ao código 20104120.

**Deliberação CNA:** Será votado na próxima reunião do CNA.

---

#### **Item N° 07**

**Tema:** Taxa de Aplicação

##### **Rosemeire Stirbolo - Unimed Brasil**

Rosemeire realiza consulta em ATA 75 assunto: item 7 referente a taxa de aplicação em procedimentos complexos (Imunobiológicos) e esclarece que não foi deliberado o valor acima do já determinado pelo CNA e que seria feita uma consulta publica para que pudessem rever este assunto.

Gabriela esclarece que foi deliberada a manutenção do valor de R\$ 10,00 e que para os imunobiológicos não pode ultrapassar o valor do medicamento na TNUMM.

E reforça que valor cobrado para aplicação de medicamentos é de R\$ 10,00

**Deliberação 35ª CONENFA:** Envio para Consulta Pública

**Deliberação 77ª CNA:** Aprovado envio para Consulta Pública

---

## Item N° 08

**Tema:** Revisão da Tabela de Estabilidade de Medicamentos Antineoplásicos.

### Rosemeire Stirbolo - Unimed Brasil

Rosemeire relembra que na ultima reunião do CONENFA havia sido dividido um grupo para que fosse realizada a revisão da Tabela de Estabilidade de Medicamentos Oncológicos.

Paula esclarece que foi passado para todos os membros do CONENFA e que algumas Unimeds haviam se disponibilizado em ajudar por terem o serviço próprio.

Rosemeire lembra que este assunto é muito específico e que vê a necessidade da criação de um grupo que tem “*expertise*” no assunto, destaca a dificuldade de realizarmos a atualização da referida tabela, e sugere que estas Unimeds que fizeram a devolutiva das considerações formem um grupo que irá se responsabilizar pela revisão e incorporação de novas drogas quimioterápicas, bem como seus dispositivos e estabilidade.

Apresentamos o *Layout* com algumas modificações necessárias onde entendemos que devemos seguir as orientações dos medicamentos de referência para padronizar para o Intercâmbio Nacional.

Grupos que se disponibilizaram a trabalhar essa tabela: Barbacena, Sorocaba, Santos, Guarulhos Campo Grande, Araçatuba, Curitiba, Federação Paraná, Campinas, Capivari, Porto Alegre, Central RS, Araras, Norte do Mato Grosso, Espírito Santo, São Carlos e Federação Minas.

Adriana (Unimed Santa Catarina) informa que a farmacêutica de sua unidade diz que não há necessidade de revisão dos medicamentos que se encontram na tabela e sim de inclusão de novos medicamentos, e justifica que não vê a necessidade de rever o que já foi feito, pois os medicamentos foram analisados com respaldo na literatura.

Rosemeire coloca que a definição deveria ser do grupo caso verifiquem que realmente não precise de adequação dos medicamentos já existentes nesta tabela, mas deixa claro que vê a necessidade sim desta revisão por existir diversas questões divergentes e impactantes.

Marcelo Unimed do Brasil esclarece que não são só os medicamentos e também os insumos incluídos nesta tabela.

Renata (Unimed Santos) relata que a Farmacêutica e a Enfermeira que atuam na manipulação direta destas medicações de sua Unimed, também participou do processo de verificação e considerações da Tabela, e que acredita que a crítica de ambas é decorrente da regionalização.

Foi perguntado se iríamos trabalhar apenas com os medicamentos que utilizamos em nossos serviços e não na totalidade hoje existente no mercado, Rosemeire esclarece que devemos nos basear em protocolos clínicos já existentes devendo conter na sua totalidade de possibilidades de medicamentos, pois cada uma tem sua rotina.

Gabriela (Unimed Porto Alegre) questiona se no grupo de CTNO não há uma enfermeira que possa auxiliar na tabela, Rosemeire esclarece que foi consultado e que este grupo não faria o trabalho de Estabilidade dos medicamentos Quimioterápicos bem como seus insumos e padronizações de troca, sendo necessária a formação do grupo pelo CONENFA.

Rosângela (Unimed Curitiba) questiona se esta tabela, depois de pronta, poderá ser utilizada como um referencial teórico para a Auditoria e não um motivador de glosa. Rosemeire explica, que no seu entendimento esta tabela será um instrumento de consulta da qual estará descrito uma rotina Nacional e que poderá ter alguma situação diferenciada, mas que como em todos os casos tem que haver uma justificativa e relembra da necessidade em melhorarmos nossas justificativas, mas que em nenhum momento se pensa neste trabalho como um motivador de glosas mas sim como balizador para o Intercâmbio Nacional. Rosemeire ressalta ainda, que quimioterapia precisa do Relatório e por este motivo acredita que não haverá problemas nas mudanças de protocolos.

Luiza (Unimed Aracajú) diz que tem dúvidas na tabela com relação às Classes e quimioterápicos que é referencial para pagamento fracionado, pois localmente não conseguem este fracionamento, pois para ela não fica claro o entendimento para o fracionamento. Rosemeire explica que no final da tabela existe um gabarito com os diferenciais de cada classe solicita que a pergunta seja enviada para a Equipe da Regulação para que possamos formalizar a resposta adequadamente e solicita auxílio em relação às experiências das coirmãs sobre as negociações das cobranças de quimioterápicos fracionados. Rosemeire diz que entende que um centro de quimioterapia tem condições de atender as questões de fracionamento, até por conta de ser um local próprio e exclusivo para esta aplicação, e que conseguem conciliar dia de utilização de medicamentos para que não ocorram perdas. Marcello Federação RS diz que realiza negociações com os Centros de

Quimioterapia onde fixa o pagamento através do fracionamento, seguindo a regra de classificação do quimioterápico, porém caso exista a sobra de algum medicamento, o farmacêutico da clínica justifica que não tiveram outro paciente agendado para a utilização e neste caso é liberada uma miligramagem a mais do frasco para fechar a quantidade composta no frasco e enfatiza, mais uma vez, sobre a importância da justificativa.

Gabriela (Unimed Porto Alegre) relata que no momento que foi realizar a análise da tabela para enviar as considerações, foi ao serviço próprio e que eles estão com uma clínica Acreditada, toda reformada com estrutura para o conforto do paciente, e pelo fato de serem acreditados e terem um processo de qualidade, a partir de uma determinada data, todos os medicamentos quimioterápicos serão infundidos em uso de Bomba de infusão, e que teme as definições regionais, e por este motivo solicitou a verificação do Grupo do CTNO sobre o assunto.

Rosemeire enfatiza a necessidade de revisar, urgentemente, a tabela de medicamentos Antineoplásicos e coloca o espaço da Unimed do Brasil à disposição para reunir o grupo para desenvolvimento dos trabalhos e pergunta se esta poderia ser finalizada até a Reunião de Dezembro para apresentação ao CONENFA e CNA e envio para validação do CTNO.

Claudiana sugere que seja criado um e-mail para o grupo.

Rosemeire solicita que a Claudiana fique como intermediária do grupo e que iremos estudar a metodologia de trabalho.

**Deliberação 35ª CONENFA:** Aprovado criação do grupo para revisão da tabela de antineoplásicos.

**Deliberação 77ª CNA:** Aprovado.

---

## Item Nº 09

**Tema:** Código genérico para Taxas no PTU - Critério de utilização.

### Rosemeire Stirbolo - Unimed Brasil

Rosemeire relembra que a taxa só foi criada para formatação de pacote, onde o envio da cobrança de pacotes deve seguir a formatação:

- Honorário Médico
- Material Genérico
- Medicamento Genérico
- Taxa Genérica

- Diária

Lembra também sobre a regra de produto manipulado, o mesmo pode ser cobrado, desde que o produto seja devidamente descrito. Sendo assim, para a cobrança de produto manipulado, deverá constar a descrição do produto no campo destinado ao Item dentro do PTU.

Cibelle - Unimed Sorocaba informa que no caso, específico deles, o sistema de gestão não permite essa descrição.

Marcelo (Unimed do Brasil) lembra que o fato de não descrever o produto manipulado, certamente levará ao Ajius, podendo prejudicar o ranking.

Adriano Unimed Uberaba enfatiza que os indicadores do ranking não favoreceram a questão das mudanças, em especial, das unidades de medidas.

Marcelo - Federação RS compartilha sobre as regras de glosas provenientes de fracionamento praticados no Estado.

Sandra - Federação Rio informa que os fracionamentos das medicações são provenientes da tabela de estabilidade e apresentação do medicamento, fruto de estudos sérios e metódicos.

Após uma discussão extensa, informado que as singulares/federações que estiverem passando por problemas pontuais com algum quimioterápico, enviem os estudos à Comissão da TNUMM.

**Deliberação 35ª CONENFA:** A codificação genérica 9999991-9 de Taxas só poderá ser cobrado no caso de pacote.

**Deliberação 77ª CNA:** Aprovada

---

## Item Nº 10

**Tema: Considerações do Novo Manual de Auditoria Médica e de Enfermagem**

**Rosemeire Stirbolo - Unimed Brasil**

Foram distribuídos para o grupo os capítulos do Manual de Auditoria Médica de Enfermagem, das páginas 222 até a página 335 para realizarem a verificação da ortografia e a necessidade de incluir alguma informação necessária para o envio à gráfica e ser distribuição da nova versão no Congresso em Setembro de 2016.

---

## Item Nº 11

**Tema: Outros assuntos**

**Rosemeire Stirbolo - Unimed Brasil**

- Taxa 60024232 - Taxa aluguel/taxa de aparelho/equipamento para cistoureterosopia com vídeo (não pode trafegar no intercâmbio)

E-mail enviado pela Unimed Salto Itú sobre a codificação ativa para Taxa de Equipamento - Tabela 18 da TUSS, é 60024240: Aluguel Aluguel/taxa de aparelho/equipamento para cistoureterosopia sem vídeo, por uso poderá ser utilizada para procedimentos realizados com vídeo?

Proposta: Deliberação da codificação já existente na TUSS para as Abas pertinentes para cobrança no Intercâmbio Nacional na Tabela 18 - Unimed.

Rosemeire explica que já existe deliberado na Tabela 18 a cistoureterosopia sem vídeo e Salto Itu solicita a inclusão do código com Vídeo e que hoje a cobrança é do equipamento mais o vídeo, e se deliberarmos a Taxa com vídeo não caberá mais a apresentação da cobrança de nenhum dos dois códigos com vídeo.

#### **Deliberação 35ª CONENFA:**

A favor: 8 (FESP, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Equatorial, CNU, Federação Rio Grande do Sul, Seguros e Paraná.)

Contra: 3 (Federação Rio de Janeiro, Santa Catarina e Federação Minas)

**Deliberação 77ª CNA:** Ficou definida a inclusão da codificação 60024232 - Taxa aluguel/taxa de aparelho/equipamento para cistoureterosopia com vídeo na Tabela 18 Abas pertinentes para o Intercâmbio Nacional.

- Rosemeire pede auxílio em relação aos prazos para assuntos a serem pautados, informa que os mesmos deverão ser apresentados até 15 dias antes da reunião.
- Foi perguntado ao grupo se gostaria que fosse mantido o Curso de atualização em Auditoria de OPME e alto custo já programado para o CONENFA. Definido pelo grupo em manter a proposta.

**Encerramento da reunião às 16h.**

Eu, Danielle Perdigão O E Ribeiro, relatora da 35ª Reunião do CONENFA, redigi a presente ata.